





Fecomércio - 02/07/2020

Índice

Jornal de Fato - Impresso - Flip | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Live com pesquisador vai debater educação a distância

Notícias - 01/07/2020

6

Roberto Flávio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Auditoria do TCU aponta 17 mil mortos beneficiados por auxílio emergencial de R\$ 600

Notícias - 01/07/2020

7

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Crise causa impacto na indústria, que precisa de mudança, diz CNI

Notícias - 01/07/2020

10

Blog do PC | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Movimentação intensa no primeiro dia de reabertura do comércio de Mossoró

Notícias - 01/07/2020

13

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Receita prorroga até 31 de julho suspensão das ações de cobrança

Notícias - 01/07/2020

14

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Ministério Público de Contas pede suspensão de aumento no adicional de militares

Notícias - 01/07/2020

16

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Pesquisa aponta que apenas 16% das pequenas empresas que procuraram crédito conseguiram

Notícias - 01/07/2020

18

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Queda das importações faz balança comercial bater recorde em junho

Notícias - 01/07/2020

20

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Indústria do Brasil volta a crescer em junho com aumento de demanda e produção 22
Notícias - 01/07/2020

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Auditor fiscal rebate projeto de reforma da previdência em Natal: 'Trata de forma igual aqueles que têm salários diferentes' 24

Notícias - 01/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro veta suspensão de cadastros negativos durante pandemia 26

Notícias - 01/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Auditor fiscal rebate projeto de reforma da previdência em Natal 27

Notícias - 01/07/2020

Salomão Medeiros | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Auxílio emergencial foi pago a 17 mil mortos, diz auditoria do TCU 29

Notícias - 01/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Treinamento 31

Notícias - 02/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

BB emprestará R\$ 3,7 bi a pequenas empresas afetadas por pandemia 34

Notícias - 01/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Banco do Brasil ofertará R\$ 3,7 bilhões pelo Pronampe a pequenos negócios 36

Notícias - 02/07/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Fecomércio: Para 95% dos RHs, processos seletivos 100% digitais vieram para ficar 38

Notícias - 01/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Alecrim registra boa movimentação no 1º dia de reabertura do comércio 40
Notícias - 01/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Alecrim tem maior movimentação no 1º dia de reabertura do comércio 42
Notícias - 01/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Confira todos os decretos do governo no enfrentamento ao coronavírus 44
Notícias - 01/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Confira todos os 23 decretos do governo no enfrentamento ao coronavírus 50
Notícias - 01/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /

Plano de retomada do turismo leva RN a receber Selo Internacional de Destino Turístico Seguro 56
Notícias - 01/07/2020

Blog do Seridó | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Escolas do Sesc RN mantêm atendimento de psicopedagogia em meio a pandemia 58
Notícias - 01/07/2020

Blog Suéster Neri | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Escolas do Sesc RN mantêm atendimento de psicopedagogia em meio a pandemia 59
Noticias - 01/07/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

Plano de Retomada que teve suporte do Sistema Fecomércio, por meio do Senac, leva RN a receber Selo Internacional de Destino Turístico Seguro 60
Notícias - 01/07/2020

Live com pesquisador vai debater educação a distância



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Durante a transmissão, o convidado irá expor sua experiência com educação on-line, educação híbrida, tecnologias digitais e estratégias de aprendizagem.

O doutor Edwin Giebelen é pedagogo e reside atualmente na Holanda, onde atua no departamento de Desenvolvimento Educacional da Eindhoven University of Technology. Ele já coordenou rede nacional de EaD do Senac, possui mestrado em Educação pela UFPA, com atuação na Educação a Distância, Tecnologias Digitais, Cognição 11 uma na e Estratégias de Aprendizagem.

No dia 17 de junho, o Ministério da Educação (MEC) publicou em Diário Oficial da União, a portaria 544/2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo

O pesquisador e doutor em educação, o holandês Edwin Giebelen será o convidado da live sobre “Os benefícios e os impactos da educação a distância”, que será transmitida pelo instagram oficial do **Sesc RN**, nesta quinta-feira, 2, a partir das 16h».

O tema faz parte de um desafio enfrentado pelas instituições de ensino desde o início do isolamento social, o que exigiu uma nova forma de ensinar, inclusive para as escolas do **Sesc RN**, uma entidade do Sistema Fecomércio. O mediador será o diretor regional do **Sesc RN**, Fernando Virgílio.

Auditoria do TCU aponta 17 mil mortos beneficiados por auxílio emergencial de R\$ 600



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Roberto

Uma primeira triagem do TCU (Tribunal de Contas da União) no auxílio emergencial de R\$ 600 do governo federal identificou 17 mil mortos entre os beneficiários. A ajuda é paga a informais durante a pandemia do novo coronavírus.

De acordo com a apuração da corte, ao menos 620 mil pagamentos foram feitos indevidamente até abril, no valor total de R\$ 427,3 milhões. Os recursos gastos com mortos chega a R\$ 11 milhões.

O levantamento consta de auditoria preliminar

feita pelos técnicos do TCU. Os resultados foram enviados aos ministros da corte, que, nesta quarta-feira (1º), irão julgar o relatório.

O documento foi apresentado pelo ministro Bruno Dantas e apresenta as irregularidades no auxílio. A Folha teve acesso ao documento.

Os estados onde mais mortos receberam a ajuda foi São Paulo (2.674), seguido de Minas Gerais (1.761), Ceará (1.512), Bahia (1.358), Pernambuco (1.308) e Maranhão (1.299).

Os seis estados concentraram 58% (R\$ 6,4 milhões) dos pagamentos a falecidos no país.

Nesta terça-feira (30), o governo anunciou o pagamento do auxílio por mais dois meses. Serão distribuídos R\$ 1.200 por beneficiário, mas não foram divulgados calendário e forma de pagamento.

Além dos casos de óbitos, os auditores também identificaram o recebimento de R\$ 97,7 milhões por 134,2 mil servidores (federais, estaduais e municipais), embora tenham estabilidade de emprego e não sofreram cortes de jornada e **salário**.

Aposentados pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) também ganharam recursos do governo -221,3 mil receberam R\$ 141,6 milhões.

Há ainda irregularidades envolvendo presos e trabalhadores com renda acima do teto definido pela medida que estabeleceu parâmetros para o socorro financeiro, dentre outros.

As inconsistências foram detectadas depois de extenso cruzamento com bases de dados do governo.

Foram consultados, por exemplo, os cadastros do Caged (Ministério do Trabalho), Receita Federal (inscrições comerciais e quadros societários), agentes políticos do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e Detran (Departamento Nacional de Trânsito).

Como os cruzamentos com outras bases ainda estão em andamento, os números apresentados são parciais.

No julgamento, Dantas deverá recomendar ao tribunal que esses valores sejam devolvidos ao erário por meio de uma ação conjunta entre Ministério da **Economia** e da Cidadania, que mais concentram esforços no auxílio emergencial.

A proposta de Dantas é que escapem da devolução somente aqueles que comprovarem terem sido alvo de fraudes ou que, ao contrário, têm direito a receber o recurso.

Segundo o relatório da área técnica, os valores pagos indevidamente podem chegar a R\$ 1,3 bilhão caso não sejam interrompidos imediatamente.

Diante das graves irregularidades, assessores de Dantas dizem ainda que o ministro considera enviar os 'casos mais escandalosos' ao MPF (Ministério Público Federal) para que os beneficiários sejam processados criminalmente.

Há, por exemplo, aposentados da Justiça

Federal e do Banco Central na lista do socorro do governo com aposentadorias de R\$ 25 mil e R\$ 50 mil por mês.

O relatório do TCU será enviado ao Congresso Nacional e à Casa Civil do Palácio do Planalto.

O monitoramento do auxílio emergencial é uma das medidas adotadas pelo TCU para verificar os gastos públicos durante a pandemia.

Segundo o TCU, conforme informações consolidadas de abril, foram pagos, somente no primeiro mês de vigência do socorro do governo, R\$ 35,8 bilhões a 50,2 milhões de beneficiários.

Em 2019, somente com o Bolsa Família, foram gastos R\$ 32,5 bilhões.

Em maio, em maio de 2020, foram pagos R\$ 41 bilhões a 58,5 milhões de beneficiários, considerando pagamentos da primeira e segunda parcelas.

Um desses relatórios de monitoramento já havia apontado que cerca de 8,1 milhões de pessoas poderiam ter recebido indevidamente o auxílio emergencial, por erro de inclusão. Outros 2,3 milhões de pessoas poderiam ter tido o auxílio emergencial negado indevidamente, por erro de exclusão.

Além dos problemas com os pagamentos, o TCU também apontou 'falta de diretriz' do governo nas despesas com saúde por causa, principalmente, da inexistência de coordenação das ações federais com a dos governadores.

FolhaPress

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

Crise causa impacto na indústria, que precisa de mudança, diz CNI



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Pesquisa contratada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com 402 executivos de indústrias de médio (50 a 249 empregados) e grande porte (250 ou mais empregados), em todos os estados, mostra que cerca de sete (69%) em cada dez empresas perderam faturamento recentemente por causa da pandemia provocada pelo novo coronavírus.

Dos executivos que responderam à pesquisa, feita por telefone entre 18 e 26 de junho, 16% disseram que o faturamento ficou igual, e 14% afirmaram que aumentou. Não é apresentado cruzamento sobre a situação do faturamento das empresas e os subsetores da indústria.

Conforme o levantamento, a queda do faturamento foi indicada proporcionalmente mais entre executivos de grandes empresas (76%) do que entre entrevistados das médias empresas (68%).

A maior queda de faturamento bruto se deu no Sudeste (73%). No Sul e no Nordeste a diminuição foi de 69%. Menos da metade (49%) das respostas obtidas nas regiões Norte e Centro-Oeste indicou impacto negativo no faturamento.

Os dados apurados mostram ainda que 65% das médias e grandes empresas tiveram sua produção reduzida ou paralisada.

Empresas afetadas pela pandemia

Ainda de acordo com as informações levantadas, cerca de nove em cada dez empresas foram afetadas de alguma forma pela pandemia de covid-19 - 40% dos executivos disseram que as empresas foram 'muito afetadas' pela pandemia. Dezesesseis por cento afirmaram que seus negócios foram 'afetados'; 14%, 'mais ou menos afetados'; 16%, 'pouco afetados' e 7% 'muito pouco afetados'. Cinco por cento responderam 'nada afetados', 2% não souberam ou não quiseram responder.

A situação apontada pelos entrevistados foi pior entre as grandes do que entre as médias indústrias. Sessenta e dois por cento das grandes empresas declararam ter sido 'muito afetadas' ou 'afetadas', enquanto esse percentual foi de 55% entre os executivos das empresas de porte médio.

No corte regional, a melhor situação foi apresentada pelos executivos das regiões Norte e Centro-Oeste: 42% dos entrevistados disseram que o negócio foi 'muito afetado' ou 'afetado'. No Sul, a proporção é de 60%, no Sudeste, de 58% e no Nordeste, de 56%.

Para os executivos entrevistados, as vendas formam as áreas mais afetadas pela crise: 62% entre as grandes empresas e 56% entre as médias empresas.

Mudanças em perspectiva

A pesquisa verificou com 68% dos executivos que a atual situação de pandemia e de crise econômica provocou mudança de algum aspecto importante para a empresa, seja na relação com os trabalhadores, linha de produção, vendas, gestão logística, cadeia de fornecedores ou controle de estoques.

O levantamento feito para a CNI também revela que 66% dos entrevistados atribuíram à inovação no processo produtivo um grau de importância 'alto' (43%) ou 'muito alto' (23%). Não há, no entanto, um entendimento único do que seja inovação. Entre as respostas colhidas anotou-se: 'fazer diferente', 'fazer melhor', 'criar algo novo a partir de uma necessidade de **mercado**', 'buscar novas tecnologias' ou criar 'novas formas de agregar valor'.

A maioria dos executivos entrevistados (83%) acredita que o momento pós-covid exigirá inovação da indústria para crescer ou, ao menos, sobreviver no **mercado**. Segundo eles, a linha de produção deve ser a área prioritária para receber inovações (58%).

'Essa crise está nos mostrando a importância de investir em inovação. A superação da crise passa por investimentos em inovação. O mundo pós-pandemia reconhece ainda mais o valor da inovação', destaca Gianna Sagázio, diretora de Inovação da CNI. 'A inovação fortalece a indústria e a indústria cria mais empregos de qualidade, e qualidade de vida para as pessoas. Não existe país desenvolvido sem indústria forte', acrescenta em entrevista à Agência Brasil.

Plataforma para inovação

Junto com a divulgação dos dados da pesquisa, a CNI anuncia que fechou parceria inédita com uma plataforma global de inovação aberta, criada por uma empresa israelense com atuação em outros países.

Iniciativas de inovação aberta podem conectar em escala global demandas de empresas e ofertas de soluções, a custo mais baixo, e em colaboração com empreendimentos, universidades, governos e fundos de investimento.

Segundo Gianna Sagázio, a plataforma escolhida pela CNI 'pode acelerar o processo de inovação'. Ela avalia que as empresas brasileiras precisam estar atentas à 'quarta revolução industrial', que envolve o processo de digitalização da indústria e é determinante para o futuro das empresas e da **economia**. 'Se o Brasil não tiver políticas públicas robustas de inovação e articular as iniciativas do governo com o setor empresarial, a gente acaba ficando para trás', prevê.

A diretora defende que a plataforma 'é uma maneira de ter um olhar mais atento ao que

está acontecendo no mundo e se conectar, ganhar tempo. Acelerar esse processo de inserção nessa revolução industrial que estamos vivendo agora'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Movimentação intensa no primeiro dia de reabertura do comércio de Mossoró



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

O primeiro dia de retomada das atividades econômicas, nesta quarta-feira, 1º de julho, começou com intensa movimentação no centro comercial de Mossoró.

Áreas como a Coronel Gurgel, Vicente Saboia, Augusto Severo, Santos Dumont e no entorno do Mercado Público Central - 'Manoel Teobaldo dos Santos', a movimentação é bem intensa.

As pessoas, porém, têm respeitado exigências feitas pelo plano de retomada da **economia**, como o uso de máscara e de álcool em gel, principalmente.

Quanto ao distanciamento, a aproximação de pessoas é verificada apenas nas filas de agências bancárias e casas lotéricas, como já vinha acontecendo.

O Mercado Público Central reabriu depois de 100 dias, cumprindo exigências. Apenas 50% da estrutura está funcionando, com fiscalização do município.

Nas laterais do **mercado** os vendedores ambulantes retomaram as suas atividades. A Praça da Independência voltou a lotar de barracas dos pequenos comerciantes.

As lojas nas laterais do **mercado** também voltarão a funcionar e, nas primeiras horas do dia receberam grande público de consumidores.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Receita prorroga até 31 de julho suspensão das ações de cobrança



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Receita Federal prorrogou até 31 de julho as medidas temporárias adotadas por conta da pandemia do coronavírus (covid-19) referentes às regras para o atendimento presencial e procedimentos administrativos.

Segundo a Receita, os procedimentos administrativos que permanecem suspensos até o dia 31 de julho são: emissão eletrônica automatizada de aviso de cobrança e intimação para pagamento de **tributos**; procedimento de exclusão de contribuinte de parcelamento por inadimplência de parcelas; registro de pendência de regularização no Cadastro de Pessoas Físicas motivado por ausência de declaração; registro de inaptidão no Cadastro

Nacional da Pessoa Jurídica motivado por ausência de declaração.

O prazo para atendimento a intimações da Malha Fiscal da Pessoa Física e apresentação de contestação a Notificações de Lançamento, também da Malha Fiscal, dos despachos decisórios dos Pedidos de Restituição, Ressarcimento e Reembolso, e Declarações de Compensação ficam prorrogado até o dia 31 de julho.

O atendimento presencial nas unidades de atendimento da Receita ficará restrito, até 31 de julho de 2020, mediante agendamento prévio obrigatório, aos seguintes serviços: regularização de Cadastro de Pessoas Físicas ; cópia de documentos relativos à Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e à Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - beneficiário; parcelamentos e reparcelamentos não disponíveis na internet; procuração. Também será possível o atendimento presencial para protocolo de processos relativos aos serviços de análise e liberação de certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional; análise e liberação de certidão de regularidade fiscal de imóvel rural; análise e liberação de certidão para averbação de obra de construção civil; retificações de pagamento; e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Caso o serviço procurado não esteja entre os relacionados, o interessado deverá efetuar o atendimento por meio do Centro Virtual de Atendimento (e-CAC), na página na internet. Segundo a Receita, outros casos excepcionais

serão avaliados e o chefe da unidade poderá autorizar o atendimento presencial.

'A restrição temporária do fluxo de contribuintes nas unidades de atendimento da Receita Federal visa à proteção dos contribuintes que procuram os serviços, bem como a proteção dos servidores que ali trabalham', afirmou o órgão.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Ministério Público de Contas pede suspensão de aumento no adicional de militares



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), entrou com uma representação na corte de contas para suspender o aumento de até R\$ 1,6 mil na remuneração de militares. O reajuste começa nesta quarta-feira (1º) e tem impacto previsto de R\$ 1,3 bilhão neste ano. Em cinco anos, a despesa custará R\$ 26,4 bilhões aos cofres públicos.

O procurador considerou o reajuste 'ilegal', por causa da lei, aprovada em maio, que congelou aumentos em todo o funcionalismo público até o fim de 2021, como medida de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus. Para Furtado, a lei 'colide frontalmente' com o 'agrado' aos

militares, apesar de prever exceção para casos autorizados antes da pandemia ou determinados pela Justiça.

'É flagrante e inapelavelmente ilegal', escreveu o subprocurador no documento assinado na terça-feira (30), um dia após o jornal O Estado de São Paulo revelar que o "penduricalho" passaria a ser pago a partir deste mês.

O reajuste às Forças Armadas impacta um penduricalho chamado de 'adicional de habilitação' e foi aprovado na reforma dos militares, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro em 2019. Esse adicional é pago para quem conclui cursos durante a progressão na carreira e incide sobre o **salário** base dos militares, aumentado a remuneração final. Ele não era alterado desde 2001, quando foi instituído, em substituição a uma gratificação similar existente até então.

Na prática, os militares conseguem complementar o **salário** por meio desse 'adicional', que varia de acordo com a categoria de curso concluído: formação (12%), especialização (19%), aperfeiçoamento (27%), altos estudos II (37%) e altos estudos I (42%). Esses percentuais passaram a valer nesta quarta-feira.

Até 2023, a maior faixa, de altos estudos I, atingirá 73%, como proposto pelo governo Bolsonaro. Ela beneficia principalmente o oficialato de Aeronáutica, Exército e Marinha, motivo de pressões internas na caserna.

O acúmulo de penduricalhos como o 'adicional

de habilitação' faz com que o **salário** de um oficial general de quatro estrelas, topo hierárquico as três forças, salte de R\$ 13,4 mil (soldo) para quase R\$ 30 mil, podendo ser superior, a depender das especificidades da carreira de cada militar, como local de trabalho.

Hoje, os maiores salários brutos entre os 381 mil militares em geral são do general Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e do almirante Bento Albuquerque (Minas e Energia). Em março, último pagamento publicado pelo governo, eles receberam, respectivamente, R\$ 51.026,06 e R\$ 50.756,51, conforme o Portal da Transparência. Os valores, no entanto, caem na regra do abate-teto, pela qual ninguém pode ganhar mais do que um ministro do Supremo, que recebe R\$ 39,2 mil.

Furtado pede que, até que o plenário do TCU se manifeste ou enquanto durar a pandemia da covid-19, o governo seja obrigado cautelarmente a se abster de pagar o reajuste em remuneração de qualquer espécie aos integrantes das Forças Armadas.

Ele afirmou que a manutenção do pagamento a mais, confirmada pelo governo, 'constrange a sociedade brasileira' e que seria justificado pela 'proximidade e simpatia' do presidente Jair Bolsonaro com as Forças Armadas, já que é capitão da reserva do Exército.

'A medida, que já pareceria inconveniente em tempos normais - dada a elevada remuneração da classe militar (o Estadão menciona salários brutos superiores a R\$ 50 mil), além de outros benefícios que seus integrantes recebem -, se mostra agora, diante do cenário econômico catastrófico que se avizinha- com sinalização

de queda vertiginosa do Produto Interno Bruto brasileiro - inteiramente inoportuna e indecorosa e até, porque não dizer, de monstruosa indiferença com a população - como quem pergunta 'e daí' diante das tragédias alheias-, sobretudo com as pessoas mais pobres, que serão chamadas a pagar a conta exatamente no momento em que, possivelmente, enfrentam as maiores dificuldades, incertezas e angústias de suas vidas', afirma Furtado.

O Ministério da Defesa informou que a reestruturação das carreiras é 'autossustentável e autofinanciável'. Segundo a Defesa, a **economia** líquida estimada com a aplicação da nova lei é de R\$ 10,45 bilhões em dez anos, já computado o impacto do adicional de habilitação militar, que será de R\$ 1,3 bilhão, levando-se em consideração a alteração prevista para a partir deste mês.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Pesquisa aponta que apenas 16% das pequenas empresas que procuraram crédito conseguiram



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Quatro meses depois da confirmação do primeiro paciente no país, a pandemia de covid-19 continua provocando danos também na **economia** brasileira. Levantamento feito pelo Sebrae mostra que entre a primeira semana de abril (dia 7) e o início de junho (dia 2), período em que as pesquisas foram concluídas, a proporção de pequenos negócios que buscou crédito variou 9 pontos percentuais (de 30% para 39%). Isso significa que desde o início da crise, cerca de 6,7 milhões de Pequenos Negócios buscaram empréstimos em bancos.

Por outro lado, a mesma pesquisa também aponta que continua elevado o número de empresários que tiveram o crédito negado ou

ainda aguardam resposta das instituições financeiras. Dos 6,7 milhões de empreendedores de pequeno porte que tentaram, apenas 1 milhão efetivamente conseguiu obter crédito desde o início das medidas de isolamento social,

"Nos países desenvolvidos, existem políticas de crédito a **juros** zero porque os pequenos negócios são essenciais para o funcionamento do sistema econômico. No Brasil, o crédito continua caro e burocrático. Em cada sete pequenos negócios que buscam empréstimo em banco só um consegue. Elas são 99% das empresas e respondem por a maior parte dos empregos. Em tempos de pandemia, a prioridade deveria ser manter as empresas vivas. Se não socorrermos as empresas que precisam de crédito, não vai haver empresa para voltar a produzir e não sairemos dessa crise tão cedo", explica o presidente do Sebrae, Carlos Melles.

Segundo os entrevistados, o CPF com restrições foi a principal razão (19%) apontada pelos bancos para a negativa do crédito. A negativação no CADIN/Serasa também foi citada por 11% dos entrevistados para a negação dos empréstimos, este foi o quarto item mais citado. Outros 11% dos empresários ouvidos afirmaram que a falta de garantias ou avalistas teria sido o principal obstáculo.

O mais recente levantamento feito pelo Sebrae em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (quarta edição da série de pesquisas iniciada em março), ouviu 7.703 donos de pequenos negócios de todos os 26 Estados e do Distrito

Federal. Além de confirmar a dificuldade no acesso a linhas de crédito, a pesquisa mostrou também um crescimento do número de empresas com dívidas/empréstimos em atraso (a variação foi de 33% para 41%) entre a primeira semana de maio (dia 5) e o início de junho (dia 2).

Mudança de comportamento

A pesquisa do Sebrae e FGV revela outros aspectos da realidade enfrentada pelos microempreendedores individuais e donos de micro e pequenas empresas e identifica um movimento de retomada da atividade econômica que já começa a acontecer na maior parte do país.

Entre as mudanças apontadas pelo levantamento, está uma elevação significativa do número de empresas que conseguiram se adaptar à conjuntura de isolamento social e passaram a usar as redes sociais, aplicativos ou internet para realizar vendas. Antes da crise essas empresas representavam 47% dos pequenos negócios. No último levantamento do Sebrae, esse percentual subiu para 59% dos empreendedores.

Confira outros dados da Pesquisa

Para 87% das MPE o impacto da covid-19 continua sendo a diminuição do faturamento.

Entretanto, melhorou o nível de faturamento. Na segunda sondagem, o resultado estava, em média, 69% abaixo do normal. Na última pesquisa o faturamento médio estava 55% abaixo do normal.

Mais empresas que estavam paradas voltaram

a funcionar. A interrupção temporária caiu de 59% para 43%).

WhatsApp é o principal meio de venda pelas redes sociais, seguido pelo Instagram e pelo Facebook.

Mais de 2/3 das empresas afirmaram que já adotaram (ou será fácil adotar) protocolos de segurança e higiene no combate à covid-19 no retorno às atividades.

A expectativa de retorno à normalidade, na média dos empreendedores ouvidos, passou de março de 2021 para julho de 2021.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Queda das importações faz balança comercial bater recorde em junho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A queda nas importações provocada pela alta do dólar e pela retração na atividade econômica fez a balança comercial bater recorde em junho. No mês passado, o país exportou US\$ 7,463 bilhões a mais do que importou. Esse é o maior superávit para o mês desde o início da série histórica, em 1989.

Apesar do recorde em junho, o saldo da balança comercial fechou o primeiro semestre abaixo do ano passado. Nos seis primeiros meses de 2020, o Brasil exportou US\$ 23,035 bilhões a mais do que importou. O resultado é 10,3% inferior ao saldo do mesmo período do ano passado, de US\$ 25,68 bilhões, e está no nível mais baixo para o primeiro semestre desde 2015.

No mês passado, tanto as exportações como as importações caíram. O Brasil exportou US\$ 19,912 bilhões em junho, montante 12% inferior ao de junho de 2019, pelo critério da média diária. As importações, no entanto, recuaram mais. O Brasil comprou US\$ 10,449 bilhões no mês passado, retração de 27,4% na mesma comparação, também pelo critério da média diária.

No acumulado do ano, as exportações ainda caem mais que as importações. De janeiro a junho, o Brasil vendeu US\$ 102,43 bilhões ao exterior, valor 6,4% inferior ao do mesmo período de 2019. As importações somaram US\$ 79,395 bilhões, com recuo de 5,2%.

Produtos

A queda nas exportações em junho foi puxada pela indústria. A indústria de transformação exportou US\$ 118,08 milhões a menos que em maio do ano passado, queda de 21% pela média diária. A indústria extrativa exportou US\$ 54,64 milhões a menos, queda de 26,1%.

Na indústria de transformação, os principais produtos responsáveis pela queda das exportações são veículos automóveis de passageiros, com redução de 50,1% na média diária; carnes de aves processadas, retração de 38,6% pela média diária; e celulose, com recuo de 24,9% na média diária.

A nova classificação adotada pelo Ministério da **Economia**, alinhada com os padrões internacionais, passou a considerar produtos industrializados alimentos que passaram por algum processamento.

Na indústria extrativa, as principais quedas ocorreram na venda de óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (37,3%) e de minério de ferro e seus concentrados (17,4%).

Agropecuária

Somente a agropecuária exportou mais do que em junho do ano passado. O setor vendeu US\$ 57,49 milhões a mais para o exterior, alta de 29,7% pela média diária. Os principais destaques foram a soja, o arroz com casca e látex e borracha.

Em relação às importações, as compras de itens ligados à agropecuária caíram US\$ 2,49 milhões, redução de 15,6% pela média diária, na mesma comparação. As importações da indústria extrativa recuaram US\$ 10,42 milhões (22,3%), e as compras da indústria extrativa encolheram US\$ 174,28 milhões (28,1%).

Os principais produtos responsáveis pela queda nas importações foram os óleos combustíveis de petróleo, com retração de 60,8% pela média diária em relação a junho do ano passado; veículos automóveis de passageiros, retração de 75,7%, e partes e acessórios de veículos, menos 57,2%.

Depois de o saldo da balança comercial ter encerrado 2019 em US\$ 46,657 bilhões, o segundo maior resultado positivo da história, o **mercado** estima menor superávit em 2020, motivado principalmente pela pandemia do novo coronavírus (covid-19). Segundo o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo Banco Central, os analistas de **mercado** preveem superávit de US\$ 53 bilhões para este ano. O Ministério da **Economia** atualizou a estimativa de saldo positivo para US\$ 55,4 bilhões.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Indústria do Brasil volta a crescer em junho com aumento de demanda e produção



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Foto: Reuters

A indústria brasileira voltou a crescer em junho pela primeira vez desde fevereiro, com aumento na produção, nas novas encomendas e na confiança, em sinais de retomada após impactos da pandemia do novo coronavírus no país, de acordo com a pesquisa Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês).

O levantamento publicado pelo IHS Markit nesta quarta-feira mostrou que o PMI de indústria saltou a 51,6 em junho, de 38,3 em maio, com as empresas se recuperando de efeitos das

medidas de isolamento.

Entretanto, os ganhos foram moderados por evidências de excesso de capacidade no setor, com empresas ainda buscando reduzir gastos, o que as levou a cortar as compras e diminuir o número de funcionários.

O IHS Markit informou que os entrevistados citaram a reabertura das empresas e o aumento da demanda como motivos para o retorno à expansão tanto da produção quanto das novas encomendas.

Contudo, os ganhos foram puxados pelo **mercado** doméstico, uma vez que as vendas de exportação continuaram a cair e os volumes totais de novos negócios permaneceram extremamente baixos em relação aos níveis pré-pandemia, segundo os consultados.

De fato, as empresas continuaram a operar em níveis bem abaixo da capacidade em junho e também seguiram cortando empregos e reduzindo a atividade de compras. A ideia era diminuir os custos nas plantas, buscando elevar a produtividade ou utilizar estoques quando possível.

'Temos que colocar esses números no contexto do colapso da produção em abril e maio. O crescimento modesto compensa apenas uma pequena parte das perdas recentes, e as empresas -diante de grande excesso de capacidade- continuam a cortar vagas e compras a um ritmo rápido', destacou o diretor de **economia** do IHS Markit, Paul Smith.

As pressões de custos se intensificaram em junho diante de uma taxa de câmbio desfavorável, o que aumentou os preços de insumos denominados em dólar no ritmo mais acelerado em 21 meses. Em resposta, os preços cobrados foram elevados à mais alta taxa já registrada pela pesquisa desde setembro de 2018.

Ainda que o cenário permaneça desafiador, os entrevistados se mostraram animados com o retorno ao crescimento tanto na produção quanto nas encomendas, e a confiança sobre o futuro atingiu o nível mais alto desde fevereiro, com projeções positivas para demanda e vendas nos próximos 12 meses.

O Globo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Auditor fiscal rebate projeto de reforma da previdência em Natal: 'Trata de forma igual aqueles que têm salários diferentes'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A proposta de reforma da Previdência da Prefeitura de Natal, enviada pelo Prefeito Álvaro Dias à Câmara Municipal e que foi aprovada no último dia 10 de junho, pretende aumentar a contribuição total de servidores ativos, aposentados e pensionistas em 27%, que serão

descontados nos contracheques. O texto, que foi avaliado pela Comissão de Finanças da CMN, prevê um aumento de alíquota linear de 11% para 14%, o que deve penalizar os contribuintes, em plena crise sanitária e econômica aprofundada pela Covid-19.

De acordo com Fernando Freitas, auditor fiscal e integrante do Movimento 65 Natal, a Prefeitura não propôs a adoção de uma tabela progressiva de alíquotas, com variação de contribuição aos servidores que recebem de até um **salário** mínimo a acima de R\$ 39 mil, desde a redução ou acréscimo percentual, conforme estão previstas no artigo 11, parágrafo 1º da Emenda Constitucional 103/2019, e na alínea b, do inciso II, do artigo 2º da Portaria nº 1.348/2019 da Secretaria de Previdência do Ministério da **Economia**.

'O Prefeito Álvaro Dias deu as costas aos funcionários, aposentados e pensionistas de Natal, que recebem menores remunerações, quando não propôs a adoção de uma tabela progressiva de alíquotas, que estão previstas em documentos do Ministério da **Economia**. Ele adotou uma postura de negação aos princípios da solidariedade, da equidade e da capacidade contributiva, e trata de forma igual aqueles que têm salários diferentes', justificou Fernando Freitas.

Fernando Freitas, que é pré-candidato à Prefeitura de Natal pelo PCdoB, reforça que os sindicatos devem unificar um movimento de repúdio ao Projeto de Lei, propondo um novo debate com os vereadores sobre as tratativas para essa reforma da previdência social dos servidores municipais.

'Diante da gravidade dos fatos, fazemos um

chamamento ao conjunto de servidores públicos municipais, ativos, aposentados e pensionistas para através de seus sindicatos e associações unificarem um movimento de repúdio à essa posição política e administrativa assumida pelo Prefeito Álvaro Dias, e ao mesmo tempo, de forma legítima e democrática aprofundarem o debate com a sociedade e com o conjunto de Vereadores de Natal, com o objetivo de reparar as injustiças e os erros constantes do projeto de Lei Complementar do Prefeito de nossa Cidade', concluiu.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro veta suspensão de cadastros negativos durante pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente, nesta quarta-feira (1), a proposta que suspendia, por 90 dias, a partir de 20 de março, a inclusão de novos devedores em cadastros negativos como Serasa e SPC.

O texto vetado é o do Projeto de Lei 675/20 aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 9 de abril, uma vez que, como revisora, a Casa rejeitou todas as alterações feitas pelo Senado. O veto ainda será analisado por deputados e senadores em sessão conjunta, podendo ser mantido ou derrubado.

Segundo Bolsonaro, ao prever a suspensão de novas inscrições em cadastros de proteção ao

crédito durante todo o período de calamidade em razão da pandemia de covid-19, o projeto prejudica o funcionamento do **mercado** de crédito e a eficiência dos sistemas de registro.

"Com as limitações em sua capacidade de análise do risco de crédito dos tomadores de maneira precisa, os ofertantes tendem a adotar comportamento mais conservador que se refletirão em desvios no **mercado**, gerando taxas de **juros** elevadas e restrições de oferta", diz a justificativa que acompanha o veto.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados foi proposto pelo deputado Julian Lemos (PSL), relator do projeto originalmente apresentado pelos deputados Denis Bezerra (PSB) e Vilson da Fetaemg (PSB).

Lemos argumentou à época que o objetivo era assegurar que os atingidos pela pandemia tivessem acesso a crédito. "A **economia** do nosso País está paralisada, amargando inúmeras perdas em função da restrição de circulação de pessoas por meio de isolamento e quarentenas", afirmou. Já o deputado Marcel Van Hattem (Novo) disse na época que a proposta levaria ao aumento de **juros** para todos os cidadãos e empresas, que seriam penalizados pelos inadimplentes.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Auditor fiscal rebate projeto de reforma da previdência em Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A proposta de reforma da Previdência da Prefeitura de Natal, enviada pelo Prefeito Álvaro Dias à Câmara Municipal e que foi aprovada no último dia 10 de junho, pretende aumentar a contribuição total de servidores ativos, aposentados e pensionistas em 27%, que serão descontados nos contracheques. O texto, que foi avaliado pela Comissão de Finanças da CMN, prevê um aumento de alíquota linear de 11% para 14%, o que deve penalizar os contribuintes, em plena crise sanitária e econômica aprofundada pela covid-19.

De acordo com Fernando Freitas, auditor fiscal e integrante do Movimento 65 Natal, a Prefeitura não propôs a adoção de uma tabela progressiva

de alíquotas, com variação de contribuição aos servidores que recebem de até um **salário** mínimo a acima de R\$ 39 mil, desde a redução ou acréscimo percentual, conforme estão previstas no artigo 11, parágrafo 1º da Emenda Constitucional 103/2019, e na alínea b, do inciso II, do artigo 2º da Portaria nº 1.348/2019 da Secretaria de Previdência do Ministério da **Economia**.

'O Prefeito Álvaro Dias deu as costas aos funcionários, aposentados e pensionistas de Natal, que recebem menores remunerações, quando não propôs a adoção de uma tabela progressiva de alíquotas, que estão previstas em documentos do Ministério da **Economia**. Ele adotou uma postura de negação aos princípios da solidariedade, da equidade e da capacidade contributiva, e trata de forma igual aqueles que têm salários diferentes', justificou Fernando Freitas.

Fernando Freitas, que é pré-candidato à Prefeitura de Natal pelo PCdoB, reforça que os sindicatos devem unificar um movimento de repúdio ao Projeto de Lei, propondo um novo debate com os vereadores sobre as tratativas para essa reforma da previdência social dos servidores municipais.

'Diante da gravidade dos fatos, fazemos um chamamento ao conjunto de servidores públicos municipais, ativos, aposentados e pensionistas para através de seus sindicatos e associações unificarem um movimento de repúdio à essa posição política e administrativa assumida pelo Prefeito Álvaro Dias, e ao mesmo tempo, de forma legítima e democrática aprofundarem o

debate com a sociedade e com o conjunto de Vereadores de Natal, com o objetivo de reparar as injustiças e os erros constantes do projeto de Lei Complementar do Prefeito de nossa Cidade', concluiu.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Auxílio emergencial foi pago a 17 mil mortos, diz auditoria do TCU



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog Salomão Medeiros

Uma primeira triagem do TCU (Tribunal de Contas da União) no auxílio emergencial de R\$ 600 do governo federal identificou 17 mil mortos entre os beneficiários. A ajuda é paga a informais durante a pandemia.

De acordo com a apuração da corte, ao menos 620 mil pagamentos foram feitos indevidamente até abril, no valor total de R\$ 427,3 milhões. Os recursos gastos com mortos chega a R\$ 11 milhões.

O levantamento consta de auditoria preliminar feita pelos técnicos do TCU. Os resultados

foram enviados aos ministros da corte, que nesta quarta (1º) irão julgar o relatório.

O documento foi apresentado pelo ministro Bruno Dantas e apresenta as irregularidades no auxílio. A reportagem teve acesso ao documento.

Os estados onde mais mortos receberam a ajuda foi São Paulo (2.674), seguido de Minas (1.761), Ceará (1.512), Bahia (1.358), Pernambuco (1.308) e Maranhão (1.299). Os seis estados concentraram 58% (R\$ 6,4 milhões) dos pagamentos a mortos no país.

Nesta terça-feira (30), o governo anunciou o pagamento do auxílio por mais dois meses. Serão distribuídos R\$ 1.200 por beneficiário, mas não foram divulgados calendário e forma de pagamento.

Além dos casos de óbitos, os auditores também identificaram o recebimento de R\$ 97,7 milhões por 134,2 mil servidores (federais, estaduais e municipais), embora tenham estabilidade de emprego e não sofreram cortes de jornada e **salário**.

Aposentados pelo INSS também ganharam recursos do governo -221,3 mil receberam R\$ 141,6 milhões.

Há ainda irregularidades envolvendo presos e trabalhadores com renda acima do teto definido pela medida que estabeleceu parâmetros para o socorro financeiro, dentre outros.

As inconsistências foram detectadas depois de

extenso cruzamento com bases de dados do governo.

Foram consultados, por exemplo, os cadastros do Caged (Ministério do Trabalho), da Receita Federal (inscrições comerciais e quadros societários), de agentes políticos do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e do Detran (Departamento Nacional de Trânsito).

Como os cruzamentos com outras bases ainda estão em andamento, os números apresentados são parciais.

No julgamento, Dantas deverá recomendar ao tribunal que esses valores sejam devolvidos ao erário por meio de uma ação conjunta entre Ministério da **Economia** e da Cidadania, que mais concentram esforços no auxílio emergencial.

A proposta de Dantas é que escapem da devolução somente aqueles que comprovarem terem sido alvo de fraudes ou que, ao contrário, têm direito a receber o recurso.

Segundo o relatório da área técnica, os valores pagos indevidamente podem chegar a R\$ 1,3 bilhão caso não sejam interrompidos imediatamente.

Diante das graves irregularidades, assessores de Dantas dizem ainda que o ministro considera enviar os "casos mais escandalosos" ao MPF (Ministério Público Federal) para que os beneficiários sejam processados criminalmente.

Há, por exemplo, aposentados da Justiça Federal e do BC na lista do socorro do governo com aposentadorias de R\$ 25 mil e R\$ 50 mil

por mês.

O relatório do TCU será enviado ao Congresso e à Casa Civil do Palácio do Planalto.

O monitoramento do auxílio emergencial é uma das medidas adotadas pelo TCU para verificar os gastos públicos durante a pandemia.

Segundo o TCU, conforme informações consolidadas de abril, foram pagos, somente no primeiro mês de vigência do socorro do governo, R\$ 35,8 bilhões a 50,2 milhões de beneficiários. Em 2019, só com o Bolsa Família, foram gastos R\$ 32,5 bilhões.

Em maio, em maio de 2020, foram pagos R\$ 41 bilhões a 58,5 milhões de beneficiários, considerando pagamentos da primeira e segunda parcelas.

Um desses relatórios de monitoramento já havia apontado que cerca de 8,1 milhões de pessoas poderiam ter recebido indevidamente o auxílio emergencial, por erro de inclusão. Outros 2,3 milhões poderiam ter tido o auxílio emergencial negado indevidamente, por erro de exclusão.

Além dos problemas com os pagamentos, o TCU também apontou "falta de diretriz" do governo nas despesas com saúde por causa, principalmente, da inexistência de coordenação das ações federais com a dos governadores. Folhapress/Foto: Reuters

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Treinamento



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rosalie Arruda

Enfim, após três meses de estado de calamidade pública em razão da pandemia do coronavírus, a Secretaria Estadual de Saúde tomou a decisão de contratar a empresa A-Saúde Equipe Multidisciplinar para treinar pessoal especializado em Ventilação Mecânica na Covid-19. Serão 80 servidores efetivos e temporários que atuarão no manejo clínico de pacientes graves nos Hospitais Tarcísio Maia e Rafael Fernandes, em Mossoró, de hoje (02) a 10 de julho de 2020. O valor do curso será de R\$ 17.200,00.

Centrais para o SINE

Decreto da governadora Fátima Bezerra restringe o atendimento nas Centrais do Cidadão das cidades de Assú, Currais Novos, João Câmara, Santa Cruz, Pau dos Ferros e Mossoró, exclusivamente para as atividades do Sistema Nacional de Emprego (SINE), para o atendimento da população que tenha direito ao seguro desemprego ou ao auxílio emergencial.

Mea culpa?

O Secretário de Saúde do RN, Cipriano Maia, vai mais uma vez ao Legislativo Potiguar falar sobre a compra de respiradores em conjunto com o Consórcio Nordeste. Querem tirar do secretário uma confissão de culpa, que ele não vai dar. A verdade é que o chamado Consórcio Nordeste levou um calote, o governo do RN havia aplicado mais de R\$ 4 milhões, agora é partir para a justiça e tentar reaver a grana perdida, responsabilizar e punir quem é de direito e estamos conversados.

O mais, é criar factoides.

Transmissão

A sessão que contará com a participação do Secretário Cipriano Maia acontecerá de modo virtual nesta quinta-feira (02), às 15h, e terá transmissão ao vivo pelo site da ALRN e pelo canal da TV Assembleia RN no Youtube

Pode. Mas só até o teto

Decisão do ministro Alexandre de Moraes do STF foi pela constitucionalidade da percepção de honorários de sucumbência pelos Procuradores do Estado do RN. Contudo, Moraes estabeleceu que a somatória dos subsídios e da sucumbência não poderá

exceder ao teto salarial dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Portas fechadas

Já o governo brasileiro prorrogou ontem por mais 30 dias a proibição da entrada de estrangeiros de qualquer nacionalidade no país, com exceções para residentes ou portadores de determinados vistos. A medida está valendo desde 22 de maio.

Registro

A taxa de desemprego no Brasil no trimestre entre março e maio foi de 12,9%, com 12,7 milhões de pessoas sem ocupação no período, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Embora há quem acredite que o número não conta toda a história da crise do **mercado** de trabalho.

Equilibrista

Será que só eu ando cansada dos palanques armados antes do tempo eleitoral?

Povo nas ruas

Para felicidade geral da nação, abram-se as portas da '**economia**'.

Fora da hora

Admiro o deputado Raimundo Fernandes pelo peito aberto. Acredite se quiser. Ele pediu ontem em plenário aumento de **salário**. Se sente injustiçado em relação a outras categorias.

Desapego

A Delegacia do Patrimônio da União autorizou a venda de três imóveis de sua propriedade no

RN. Um terreno de 293,28 m² com área construída de 332,60 na rua Chile, 88, Ribeira; outro em Ceará-Mirim/RN e um terceiro terreno de 1.219 m² na Praia de Porto Mirim, s/n. As vendas serão por licitação na modalidade concorrência pública.

Suburbano coração

O drama da vida doméstica do vizinho continua sendo obsessão para muitos nesse mundo de curiosidade aguçada.

Progresso, solução e problema

O Banco24Horas chega a Nova Cruz.. O caixa eletrônico multibanco pode ser encontrado na Rede Mais Supermercados localizado na Rua Frei Serafim Catânea, 500.

Em cima do trio

Bell Marques será o primeiro artista a fazer uma live em cima de um trio elétrico. A apresentação será transmitida de Fortaleza, no dia 25 de julho, a partir das 16h. O show virtual reunirá os principais sucessos do artista e poderá ser acompanhado através do YouTube.

Consignados no STF

Duas ações protocoladas pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) no Supremo Tribunal Federal, questionam leis aprovadas pelos deputados estaduais do Maranhão e Paraíba que suspendeu, por 90 dias, o pagamento de empréstimos consignados de servidores públicos estaduais em decorrência da pandemia da Covid-19.

O RN também aprovou matéria semelhante recentemente, mas até agora não questionada.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

BB emprestará R\$ 3,7 bi a pequenas empresas afetadas por pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

As micro e pequenas empresas e os empreendedores individuais de todo o país afetados pela crise provocada pela pandemia do novo coronavírus podem contrair empréstimos do Banco do Brasil (BB). A instituição financeira anunciou hoje (1º) que oferecerá R\$ 3,7 bilhões em empréstimos por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

De acordo com a instituição financeira, pelo menos 45 mil empresas manifestaram interesse em contratar a linha de crédito. Até agora, foram aprovados 1,5 mil empréstimos, com valor médio de R\$ 46 mil cada.

Aposta do governo para destravar o crédito a

empreendedores individuais, micro e pequenas empresas, o Pronampe empresta recursos dos próprios bancos com garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO), fundo público que recebe aportes do Tesouro Nacional. Por meio do FGO, o governo cobrirá até 85% da inadimplência do programa, caso os pequenos negócios não consigam quitar os empréstimos.

O grande diferencial do Pronampe em relação às demais linhas de crédito para os negócios de pequeno porte está nos **juros**, mais baixos que em outros programas. Os empréstimos têm **juros** máximos iguais à Selic (**juros** básicos da **economia**), mais 1,25 ponto percentual por ano. Como atualmente a Selic está em 2,25% ao ano, a taxa pode chegar a até 3,5% ao ano.

Os financiamentos têm prazo de 36 meses (três anos), com oito meses de carência. Dessa forma, o empresário que contratar o empréstimo só começará pagar as parcelas no nono mês.

Cada empresário ou empreendedor individual poderá tomar empréstimos de até 30% da receita bruta anual registrada em 2019. Caso a empresa tenha menos de um ano de funcionamento, o limite de empréstimo sobe para 50% do capital social ou até 30% do faturamento médio mensal, prevalecendo o maior valor.

Contrapartidas

Para contrair o socorro do Pronampe, a empresa precisa manter o número de empregados ou até contratar mais funcionários. Os empregados podem ser substituídos, mas o empregador não pode fechar vagas. Caso a regra seja descumprida, o banco cobrará, de uma só vez, todas as parcelas que ainda estão

para vencer.

A lei que criou o Pronampe foi sancionada em maio, mas os empréstimos começam a ser liberados agora porque o programa dependia de regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e de uma nova medida provisória para permitir a injeção de recursos no Fundo Garantidor de Operações.

A ampliação do FGO era considerada pela equipe econômica como essencial para destravar o crédito a micro e pequenas empresas afetadas pela pandemia de coronavírus. Por causa da exigência de garantias por parte dos bancos, como carros e imóveis, os donos de pequenos negócios não estavam tendo acesso aos financiamentos emergenciais com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciados no fim de março.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Banco do Brasil ofertará R\$ 3,7 bilhões pelo Pronampe a pequenos negócios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Banco do Brasil prevê a oferta de R\$ 3,7 bilhões em crédito para mais de 180 mil microempreendedores individuais (MEI) e pequenas empresas. A instituição financeira apresentação, nesta quarta-feira (1), o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), linha de crédito criada especialmente para atender os pequenos negócios, no âmbito do BB. Entre as condições oferecidas, estão carência de oito meses, **juros** baseados na taxa Selic + 1,25% a.a., sem tarifa de abertura de crédito e sem contratação de prestamista. O lançamento aconteceu durante live com o presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, e o vice-presidente de Negócios de Varejo,

Carlos Motta.

O presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, afirmou que a instituição está preparada para atender os empreendedores que precisam de crédito para dar continuidade às suas atividades. 'Nossa orientação aos gerentes é que não esperem os empresários nos procurarem, precisamos estar próximos do cliente e ofertar a melhor condição de crédito nesse momento de pandemia. O Banco do Brasil quer estar ao lado dos empreendedores nesse movimento de retomada das atividades', disse ele.

De acordo com Novaes, já existem 45 mil novos contratos aprovados para socorrer os pequenos negócios através do Pronampe. 'A sensação de escassez do crédito leva as pessoas a pensarem que os bancos estão segurando o crédito, mas isso não é verdade. O que acontece é que muitos setores, em extrema dificuldade com a crise, procuraram por empréstimos, o que gerou um grande aumento no volume de pedidos. A proposta do Banco do Brasil é liberar esses recursos para manter a saúde das empresas e ajudar na retomada do crescimento da **economia** do país', acrescentou.

Na Caixa Econômica Federal a oferta de empréstimos a micro e pequenas empresas por meio do Pronampe superou R\$ 1 bilhão com **juros** de 1,25% ao ano mais o percentual da Taxa Selic, atualmente 2,25% ao ano. A nova linha, que começou a ser operacionalizada no dia 16 de junho, oferece empréstimos de até 30% da receita anual registrada em 2019. O

banco público tem orçamento de R\$ 3 bilhões para operar a linha, mas pode ampliá-lo caso haja demanda, de acordo com o presidente do Banco, Pedro Guimarães.

Segundo o banco estatal, principal operador da linha, mais de 16 mil empresas fecharam negócio desde o dia 16. O Pronampe é uma das apostas do governo Bolsonaro para destravar os empréstimos neste segmento e apoiar empresas e empreendedores individuais afetados pelos efeitos econômicos da pandemia do novo coronavírus. A Lei do Pronampe foi promulgada no dia 18 de maio.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Fecomércio: Para 95% dos RHs, processos seletivos 100% digitais vieram para ficar



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Mesmo diante a retração da **economia**, muitas organizações continuam contratando. Afinal, nunca foi tão importante contar com colaboradores talentosos para a retomada dos negócios.

Mas, como os Recursos Humanos estão lidando com as mudanças provocadas pelo isolamento social? Quais são as principais transformações que a área precisa aderir para se adequar ao novo **mercado**?

Pensando nisso, o Instituto Locomotiva, em parceria com a Cia de Talentos e a Acesso

Digital, realizaram a pesquisa 'Impactos do Covid-19 no Trabalho em Grandes Empresas'.

O estudo entrevistou profissionais de RH de importantes organizações brasileiras e descobriu que 91% estão satisfeitos com as medidas de segurança ao Covid-19 aplicadas pelas companhias.

Dentre elas, o home office, em que 85% estão trabalhando totalmente, ou parcialmente, à distância. A boa notícia é que 47% das organizações já estavam acostumadas ao trabalho remoto (quando era necessário, ou no caso de empresas que disponibilizam um dia de home office na semana) - Porém, 53% estão atuando nesse formato pela primeira vez.

O dado demonstra como o **mercado** nacional, ainda, adia o investimento em tendências importantes, como a transformação tecnológica. Outro exemplo de atraso que custa caro às organizações, é a falta de cuidados com a saúde mental dos colaboradores.

De acordo com a pesquisa, 96% dos profissionais de RH perceberam os talentos mais ansiosos, estressados e preocupados em perder seus empregos.

No entanto, apenas 32% acreditam que as empresas estão investindo corretamente na manutenção da motivação e do engajamento dos talentos durante a pandemia.

Outro gap descoberto foram os custos por contratação. 42% dos profissionais de RH revelaram desconhecer o valor que um

processo seletivo, desde o recrutamento até a efetivação de um candidato, exige das empresas.

Na maioria das companhias, a contratação, desde o processo seletivo até a admissão, leva entre 15 e 30 dias. No entanto, boa parte desse tempo ocorre devido às burocracias admissionais exigidas e, pior: 35% das empresas afirmam que já perderam talentos devido a essa demora.

Na contramão das necessidades atuais, 45% das organizações ainda não permitem que os profissionais enviem documentos admissionais por e-mail e, 47% exigem a presença física na companhia, ao menos uma vez, para efetivar a contratação.

Perceba como as organizações estão sendo convidadas a reverem rapidamente os processos que impedem a aplicação de modelos ágeis de gestão, como também a contratação de talentos que morem em outros estados, ou países (outra tendência de **mercado**).

47% dos profissionais entrevistados dizem que suas empresas já perceberam essa necessidade e estão implementando soluções para modernizar os processos de contratação. De acordo com o estudo, 95% dos profissionais de RH acreditam que, no futuro, o processo de contratação será 100% digital. Isso inclui:

? Sistemas unificados

? Plataformas de cadastro online

? Biometria Facial

? Identidade Digital

? Assinatura eletrônica

? Ferramentas de seleção 100% virtuais

? Utilização de redes sociais para contato com candidatos

Para a maioria dos profissionais (97%), as tecnologias digitais podem otimizar o tempo de contratação, reduzir custos e ampliar as possibilidades de encontrar os talentos que a empresa precisa. Por outro lado, 49% deles afirmam não haver incentivos da alta gestão para que essas medidas sejam aplicadas a curto prazo.

A pandemia está de passagem, assim esperamos, mas as mudanças que ela trouxe só adiantaram tendências importantes ao nosso desenvolvimento e, que não podem mais ser adiadas.

Se você é um gestor, esteja atento às transformações necessárias para manter sua empresa relevante. No caso dos profissionais, o desenvolvimento contínuo é fundamental para se manterem atualizados.

Busquem cursos e capacitações online e preparem-se para entrevistas e dinâmicas virtuais, afinal o processo seletivo online será o 'novo normal!'

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Alecrim registra boa movimentação no 1º dia de reabertura do comércio



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A reabertura gradual da economia no Rio Grande do Norte autorizada pelo Governo do Estado através de decreto publicado nesta terça-feira (30) começa a valer hoje (1) em todo o Estado. Com isso, várias lojas já voltaram a funcionar e com isso o aumento de circulação de pessoas nas ruas tende a aumentar a partir de agora.

A reportagem do Nominuto.com esteve nesta manhã na Cidade Alta e no Alecrim, dois dos principais centros comerciais da cidade do Natal, onde observou situações distintas após a reabertura gradual da economia.

Na Cidade Alta foi observado um movimento

baixo, apesar de várias lojas terem voltado a funcionar. Enquanto isso, no Alecrim, percebemos uma maior circulação de pessoas e boa parte das lojas também voltaram a funcionar.

Segundo Emília Pereira, da Lovatelli Óculos, que funciona no Alecrim, o movimento é considerado bom neste retorno. Questionado pela reportagem sobre a movimentação comercial nesta quarta-feira (1), o tenente-coronel Eduardo Franco, assessor de comunicação da Polícia Militar, revelou que o movimento é considerado tranquilo pela PM e dentro do que era esperado pelo Governo do Estado neste 1º dia de reabertura do comércio.

Vários lojistas já estão autorizados a funcionar, principalmente os pequenos comércios. A restrição econômica no Rio Grande do Norte já estava em vigor desde o dia 20 de março, quando foi publicado um decreto número 29.541, impondo restrições às atividades comerciais.

Depois de mais de 100 dias de empresas fechadas devido à pandemia do novo coronavírus e de uma série de discussões com os diversos setores da economia, o Governo do Estado determinou o início da reabertura gradual das atividades econômicas para esta quarta-feira (1º). O objetivo é que sejam autorizadas inicialmente aquelas que economicamente se encontram em situação economicamente mais crítica, com maior capacidade de controle de protocolos e que gerem pouca aglomeração.

A reabertura obedece ao Plano de Retomada Gradual da Economia do RN, elaborado pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Fiern) e pela Federação do Comércio do RN (Fecomércio), em parceria com outras entidades do setor produtivo, com algumas alterações na primeira fase. A proposta de cronograma divulgada pelo governo alterou de 4 para 3, o número de fases de reabertura - com intervalo de 14 dias entre elas, sendo cada fase dividida em 2 frações, com uma semana de distanciamento entre as frações - e tem previsão de duração de 35 dias.

Inicialmente, essa reabertura das atividades econômicas era prevista para 24 de junho, mas foi adiada devido à alta taxa de ocupação dos leitos UTI no Estado e de transmissibilidade do novo coronavírus naquela data.

Prefeitura orienta comerciantes do Alecrim sobre Decreto de retomada gradual da economia

A Prefeitura do Natal, por meio das secretarias de Segurança Pública e Defesa Social (Semdes) e de Serviços Urbanos (Semsur), iniciaram na tarde dessa terça-feira (30), uma ação de conscientização e fiscalização do comércio do Alecrim, visando o cumprimento do Decreto nº 11.988, que foi publicado nessa segunda-feira (29), e que regula a abertura gradual das empresas a partir desta terça-feira (30), levando em consideração as medidas de proteção ao contágio pelo Covid-19 (Coronavírus).

A ação percorreu o centro comercial, buscando orientar comerciantes e clientes e uniu a Guarda Municipal do Natal (GMN) e fiscais da Semsur, sendo comandada pela secretária da

Semdes, Mônica Santos, e pelo comandante da GMN, Albefran Grilo. 'Nossa missão foi conversar com os comerciantes, orientar e explicar sobre as regras do decreto, que aponta os procedimentos de retomada gradual das atividades econômicas. Explicamos que a Guarda vai fiscalizar e pedimos a ajuda de todos para que a retomada siga as regras e alcance o êxito que todos desejamos. O apoio dos empresários e da população é fundamental para que não seja mais preciso fechar nada', enfatizou a secretária.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Alecrim tem maior movimentação no 1º dia de reabertura do comércio



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A reabertura gradual da economia no Rio Grande do Norte autorizada pelo Governo do Estado através de decreto publicado nesta terça-feira (30) começa a valer hoje (1º) em todo o Estado. Com isso, várias lojas já voltaram a funcionar e com isso o aumento de circulação de pessoas nas ruas tende a aumentar a partir de agora.

A reportagem do Nominuto.com esteve nesta manhã na Cidade Alta e no Alecrim, dois dos principais centros comerciais da cidade do Natal, onde observou situações distintas após a reabertura gradual da economia.

Na Cidade Alta foi constatado um movimento

baixo, apesar de várias lojas terem voltado a funcionar. Enquanto isso, no Alecrim, foi percebido uma maior circulação de pessoas e boa parte dos estabelecimentos também voltou a abrir.

Segundo Emília Pereira, da Lovatelli Óculos, que funciona no Alecrim, o movimento é considerado bom neste retorno. Questionado pela reportagem sobre a movimentação comercial nesta quarta-feira (1), o tenente-coronel Eduardo Franco, assessor de comunicação da Polícia Militar, revelou que o movimento é considerado tranquilo pela PM e dentro do que era esperado pelo Governo do Estado neste 1º dia de reabertura do comércio.

Vários lojistas já estão autorizados a funcionar, principalmente os pequenos comércios. A restrição econômica no Rio Grande do Norte já estava em vigor desde o dia 20 de março, quando foi publicado um decreto número 29.541, impondo restrições às atividades comerciais.

Depois de mais de 100 dias de empresas fechadas devido à pandemia do novo coronavírus e de uma série de discussões com os diversos setores da economia, o Governo do Estado determinou o início da reabertura gradual das atividades econômicas para esta quarta-feira (1º). O objetivo é que sejam autorizadas inicialmente aquelas que economicamente se encontram em situação economicamente mais crítica, com maior capacidade de controle de protocolos e que gerem pouca aglomeração.

A reabertura obedece ao Plano de Retomada Gradual da Economia do RN, elaborado pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Fiern) e pela Federação do Comércio do RN (Fecomércio), em parceria com outras entidades do setor produtivo, com algumas alterações na primeira fase. A proposta de cronograma divulgada pelo governo alterou de 4 para 3, o número de fases de reabertura - com intervalo de 14 dias entre elas, sendo cada fase dividida em 2 frações, com uma semana de distanciamento entre as frações - e tem previsão de duração de 35 dias.

Inicialmente, essa reabertura das atividades econômicas era prevista para 24 de junho, mas foi adiada devido à alta taxa de ocupação dos leitos UTI no Estado e de transmissibilidade do novo coronavírus naquela data.

Prefeitura orienta comerciantes do Alecrim sobre Decreto de retomada gradual da economia

A Prefeitura do Natal, por meio das secretarias de Segurança Pública e Defesa Social (Semdes) e de Serviços Urbanos (Semsur), iniciaram na tarde dessa terça-feira (30), uma ação de conscientização e fiscalização do comércio do Alecrim, visando o cumprimento do Decreto nº 11.988, que foi publicado nessa segunda-feira (29), e que regula a abertura gradual das empresas a partir desta terça-feira (30), levando em consideração as medidas de proteção ao contágio pelo Covid-19 (Coronavírus).

A ação percorreu o centro comercial, buscando orientar comerciantes e clientes e uniu a Guarda Municipal do Natal (GMN) e fiscais da Semsur, sendo comandada pela secretária da

Semdes, Mônica Santos, e pelo comandante da GMN, Albefran Grilo. 'Nossa missão foi conversar com os comerciantes, orientar e explicar sobre as regras do decreto, que aponta os procedimentos de retomada gradual das atividades econômicas. Explicamos que a Guarda vai fiscalizar e pedimos a ajuda de todos para que a retomada siga as regras e alcance o êxito que todos desejamos. O apoio dos empresários e da população é fundamental para que não seja mais preciso fechar nada', enfatizou a secretária.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Confira todos os decretos do governo no enfrentamento ao coronavírus



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Governo do Estado emitiu, entre os dias 13 de março e 30 de junho, vinte e três decretos normativos para o combate ao novo coronavírus (covid-19), além das medidas voltadas ao remanejamento de orçamento para investimento no enfrentamento à pandemia.

As medidas são focadas na prevenção e mitigação do contágio do novo coronavírus, visando proteger a saúde do povo potiguar. Os decretos vão desde a instituição do Comitê Governamental de Gestão da Emergência em Saúde Pública, criação de força tarefa administrativa, criação de Central de Recebimento e Distribuição de Doações e os Programas RN+Unido e RN+Protegido até as

regras para fechamento de locais públicos e privados para diminuir a circulação de pessoas pelo estado.

Confira a lista de decretos:

Nº 29.794, DE 30 DE JUNHO

- As medidas de saúde e a política de isolamento social rígido para o enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19), instituídas no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, ficam prorrogadas durante a execução do Cronograma de Retomada Gradual Responsável das Atividades Econômicas, instituído pela Portaria nº 006/2020-GAC/SESAP/SEDEC, de 18 de junho de 2020, e alterações posteriores, sem prejuízo da possibilidade de deslocamento prevista no art. 8º do Decreto Estadual nº 29.742, de 4 de junho de 2020.

- Aos municípios compete disciplinar os horários de abertura, de forma fracionada, dos estabelecimentos cujo funcionamento esteja liberado ou previsto, bem como do transporte coletivo urbano, de modo a evitar aglomerações e demanda concentrada em determinados horários pelo serviço de transporte, conforme estabelecido no Cronograma de Retomada Gradual Responsável das Atividades Econômicas.

Da mesma forma, o transporte coletivo urbano deve funcionar em horários diferenciados para evitar aglomerações e demandas concentradas em determinados horários pelo serviço de transporte público conforme estabelecido pelo

cronograma de retomada.

As condicionantes do Estado nesta fase de retomada gradual da atividade econômica estão relacionadas diretamente ao monitoramento de dois indicadores de avaliação: a taxa de transmissibilidade do novo coronavírus causador da Covid-19 e a taxa de ocupação dos leitos.

- Obedecendo o preceito do Pacto pela Vida, o Estado poderá adiar as fases de reabertura ou recrudescimento das medidas restritivas se a taxa de transmissibilidade do vírus aumentar para valor superior a 2 (dois) e a taxa de ocupação dos leitos for superior a 80%.

- O cronograma de que trata este Decreto será dividido em 3 (três) fases subsequentes de 14 (quatorze) dias cada uma delas, modificando o artigo 13 do Decreto Estadual nº 29.742, de 4 de junho de 2020 que estabelecia o cronograma em quatro fases subsequentes.

- Os Atestados de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) que tenham vencido a partir de 24 de março de 2020 ficam prorrogadas automaticamente até 31 de julho de 2020, como medida de diminuição do fluxo de atendimento do órgão, bem como da necessidade de vistorias externas, devendo ser mantidas todas as condições de funcionamento já exigidas.

Nº 29.774, DE 23 DE JUNHO

Determina a prorrogação até o dia 30 de junho da política de isolamento social rígido e as demais medidas de saúde para o enfrentamento do novo coronavírus (Covid-19) adotadas no âmbito do Estado do Rio Grande

do Norte.

Fica prorrogada também, para o dia 1º de julho, a implantação do cronograma de reabertura gradual do comércio e de outras atividades econômicas, desde que registrado o cumprimento das condições previstas no art. 12, § 1º, do Decreto Estadual nº 29.742, de 4 de junho de 2020.

- Os Atestados de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) que vencerem no período de 24 de março a 23 de junho de 2020 ficam prorrogados automaticamente até o dia 3 de julho de 2020, como medida de diminuição do fluxo de atendimento do órgão, bem como da necessidade de vistorias externas, devendo ser mantidas todas as condições de funcionamento já exigidas.' (NR)

- As licenças e autorizações expedidas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) que vencerem no período de 24 de março a 23 de junho de 2020 ficam prorrogadas até 31 de julho de 2020.

Nº 29.757, DE 15 DE JUNHO

Ficam prorrogadas até 23 de junho de 2020 a política de isolamento social rígido e as demais medidas de saúde para o enfrentamento do novo coronavírus (Covid-19) adotadas no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte.

- O cronograma para retomada gradual responsável das atividades econômicas no Rio Grande do Norte será executado a partir de 24 de junho de 2020, desde que registrado o cumprimento das condições previstas no art. 12, § 1º, do Decreto Estadual nº 29.742, de 4 de junho de 2020;

- Os Atestados de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) que vencerem no período de 24 de março a 23 de junho de 2020 ficam prorrogados automaticamente até 1º de julho de 2020, como medida de diminuição do fluxo de atendimento do órgão, bem como da necessidade de vistorias externas, devendo ser mantidas todas as condições de funcionamento já exigidas.' (NR)

- As licenças e autorizações expedidas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) que vencerem no período de 24 de março a 23 de junho de 2020 ficam prorrogadas até 1º de julho de 2020.

Nº 29.742, DE 04 DE JUNHO

Art. 2º Ficam prorrogadas até 16 de junho as medidas de saúde para o enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19) adotadas no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, ressalvado o prazo de suspensão das atividades escolares presenciais, que permanece até 6 de julho.

- Entre as novas medidas estão: fechamento de orlas; notificação compulsória de testes e diagnósticos sobre COVID-19; medidas especiais para circulação de idosos e pessoas do grupo de risco, a proibição de festejos juninos, apoio das forças de segurança pública no cumprimento das medidas e o estabelecimento de uma data para retomada gradual das atividades econômicas;

- Outro ponto importante estabelecido pelo decreto é a intensificação do isolamento social para as pessoas idosas e do grupo de risco, que só devem sair de casa para realizar

alguma atividade considerada essencial como para atendimento de saúde, ir ao banco, farmácia ou supermercado, utilizando obrigatoriamente a máscara de proteção;

APOIO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Decreto também determina que o Governo do RN disponibilize aos municípios as forças de segurança para dar o apoio complementar necessário à implementação das medidas de isolamento social mais restritivas: vedação de circulação de pessoas em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, ressalvados os casos de extrema necessidade; abordagem e controle de circulação de veículos particulares; controle da entrada e saída de pessoas e veículos no município e fechamento das orlas urbanas.

SUSPENSÃO DOS FESTEJOS JUNINOS

Está proibida a realização de quaisquer atos que configurem festejos juninos no Estado do Rio Grande do Norte, incluindo o acendimento de fogueiras e fogos de artifício, de modo a diminuir as ocorrências de queimaduras e de síndromes respiratórias nos serviços de saúde públicos e privados.

RETOMADA GRADUAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Com base no Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica no Estado do Rio Grande do Norte, apresentado ao Governo do Estado pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio

Grande do Norte (FECOMERCIO), Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte (FAERN) e pela Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Nordeste (FETRONOR), o novo decreto prevê a retomada gradual responsável das atividades econômicas no Rio Grande do Norte a partir do dia 17 de junho de 2020.

O decreto determina que só será possível a implementação inicial do plano de retomada gradual responsável das atividades econômicas no Rio Grande do Norte, se houver desaceleração da taxa de transmissibilidade da COVID-19 de maneira sustentada e a ocupação dos leitos públicos de UTI seja inferior a 70%.

A retomada das atividades econômicas será feita seguindo os protocolos sanitários de saúde e será dividida em quatro fases subsequentes de 14 dias cada uma delas. Para cada fase de abertura está previsto um bloco de atividades a ser progressivamente liberado em frações de tempo distintos.

MULTA POR DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS

A pessoa física ou jurídica que descumprir as medidas de enfrentamento à pandemia provocada pela COVID-19, salvo os casos considerados essenciais, estará sujeita a multas que são classificadas em leves, moderadas, graves e gravíssimas. Os valores das multas variam entre R\$ 50,00 e R\$ 4.999,99 para pessoa física, e entre R\$ 1.000,00 a 24.999,99 para pessoa jurídica.

A publicação de uma Portaria conjunta da Secretaria de Estado da Saúde Pública

(SESAP) e da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED) discriminará o rol de infrações consideradas leves e moderadas.

ATESTADOS DE VISTORIA E LICENÇAS PRORROGADAS ATÉ 24 DE JUNHO

O novo ato governamental determina que os Atestados de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) que vencerem no período de 24 de março a 16 de junho de 2020 ficam prorrogados automaticamente até 24 de junho de 2020, como medida de diminuição do fluxo de atendimento do órgão. Também prorroga as licenças e autorizações expedidas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) até 24 de junho de 2020.

Nº 29.705, DE 19 DE MAIO

Ficam prorrogadas até 04 de junho de 2020 as medidas de saúde para o enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19) adotadas no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte.

- O novo decreto autoriza o funcionamento excepcional nas Centrais do Cidadão para atividades do Sistema Nacional de Empregos (SINE-RN) e do Instituto Técnico-Científico de Perícia (ITEP-RN). Os dois órgãos são essenciais à população que necessita dar entrada no benefício do seguro-desemprego e documentação para garantir o acesso ao Auxílio Emergencial do Governo Federal autorizado pelo Congresso Nacional;

- O novo Decreto, que entra em vigor no dia 24 de maio de 2020, renova as medidas do Decreto Estadual nº 29.583, de 1º de abril de 2020, traz outra alteração importante que é a

recomendação aos municípios litorâneos para que determinem o fechamento das orlas urbanas nos finais de semana e prorrogação dos Atestados de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) que vencerem no período de 24 de março a 4 de junho de 2020 até 24 de junho de 2020;

- Além dos AVCB, as licenças e autorizações expedidas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) que vencerem no período de 24 de março a 4 de junho de 2020, também ficam prorrogadas até 24 de junho de 2020;

- Outra recomendação prevista é que os estabelecimentos autorizados a funcionar podem destinar espaço em suas campanhas publicitárias para orientar a população acerca das medidas de proteção à saúde dos seus clientes e consumidores, especialmente sobre a utilização de máscara de proteção e o distanciamento social. E apresenta penalidades para divulgação de campanha publicitária, que estimule a aglomeração de pessoas, como promoções de produtos, a iniciativa será considerada descumprimento de medidas de saúde para os fins de aplicação de multa, responsabilização penal e civil.

Nº 29.668, DE 04 DE MAIO

Ficam prorrogadas até 20 de maio de 2020 as medidas de saúde para o enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19) adotadas no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, ressalvado o prazo de suspensão das atividades escolares presenciais, que permanece até 31 de maio de 2020.

- Uso de máscara é obrigatório a partir do dia

07 de maio e as empresas devem exigir o uso por clientes, funcionários e colaboradores;

- O novo decreto também dispõe sobre a aplicação de multa para o descumprimento das normas e também para quem divulgar notícias falsas (fake news);

-A lista de atividades e serviços essenciais continua inalterada, e o novo documento determina que os estabelecimentos disponibilizem máscaras de proteção aos funcionários, sendo obrigatória sua utilização durante o serviço, incluindo as atividades de entrega em domicílio (delivery);

- O novo ato governamental altera o Decreto Estadual nº 29.556, de 24 de março de 2020, determinando que os Atestados de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) que vencerem no período de 24 de março a 20 de maio de 2020 sejam prorrogados automaticamente até 24 de maio de 2020, como medida de diminuição do fluxo de atendimento do órgão. Também prorroga as licenças e autorizações expedidas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) até 24 de maio de 2020.

Nº 29.634, DE 22 DE ABRIL

Ficam prorrogadas até 5 de maio de 2020 as medidas de saúde para o enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19) adotadas no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte.

- Recomendada a utilização de máscara de proteção, industrial ou caseira, ao entrar em estabelecimentos cujo o funcionamento não esteja suspenso.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - FECOMÉRCIO RN**

Confira todos os 23 decretos do governo no enfrentamento ao coronavírus



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Governo do Estado emitiu, entre os dias 13 de março e 30 de junho, vinte e três decretos normativos para o combate ao novo coronavírus (covid-19), além das medidas voltadas ao remanejamento de orçamento para investimento no enfrentamento à pandemia.

As medidas são focadas na prevenção e mitigação do contágio do novo coronavírus, visando proteger a saúde do povo potiguar. Os decretos vão desde a instituição do Comitê Governamental de Gestão da Emergência em Saúde Pública, criação de força tarefa administrativa, criação de Central de Recebimento e Distribuição de Doações e os Programas RN+Unido e RN+Protegido até as

regras para fechamento de locais públicos e privados para diminuir a circulação de pessoas pelo estado.

Confira a lista de decretos:

Nº 29.794, DE 30 DE JUNHO

- As medidas de saúde e a política de isolamento social rígido para o enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19), instituídas no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, ficam prorrogadas durante a execução do Cronograma de Retomada Gradual Responsável das Atividades Econômicas, instituído pela Portaria nº 006/2020-GAC/SESAP/SEDEC, de 18 de junho de 2020, e alterações posteriores, sem prejuízo da possibilidade de deslocamento prevista no art. 8º do Decreto Estadual nº 29.742, de 4 de junho de 2020.

- Aos municípios compete disciplinar os horários de abertura, de forma fracionada, dos estabelecimentos cujo funcionamento esteja liberado ou previsto, bem como do transporte coletivo urbano, de modo a evitar aglomerações e demanda concentrada em determinados horários pelo serviço de transporte, conforme estabelecido no Cronograma de Retomada Gradual Responsável das Atividades Econômicas.

Da mesma forma, o transporte coletivo urbano deve funcionar em horários diferenciados para evitar aglomerações e demandas concentradas em determinados horários pelo serviço de transporte público conforme estabelecido pelo

cronograma de retomada.

As condicionantes do Estado nesta fase de retomada gradual da atividade econômica estão relacionadas diretamente ao monitoramento de dois indicadores de avaliação: a taxa de transmissibilidade do novo coronavírus causador da Covid-19 e a taxa de ocupação dos leitos.

- Obedecendo o preceito do Pacto pela Vida, o Estado poderá adiar as fases de reabertura ou recrudescimento das medidas restritivas se a taxa de transmissibilidade do vírus aumentar para valor superior a 2 (dois) e a taxa de ocupação dos leitos for superior a 80%.

- O cronograma de que trata este Decreto será dividido em 3 (três) fases subsequentes de 14 (quatorze) dias cada uma delas, modificando o artigo 13 do Decreto Estadual nº 29.742, de 4 de junho de 2020 que estabelecia o cronograma em quatro fases subsequentes.

- Os Atestados de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) que tenham vencido a partir de 24 de março de 2020 ficam prorrogadas automaticamente até 31 de julho de 2020, como medida de diminuição do fluxo de atendimento do órgão, bem como da necessidade de vistorias externas, devendo ser mantidas todas as condições de funcionamento já exigidas.

Nº 29.774, DE 23 DE JUNHO

Determina a prorrogação até o dia 30 de junho da política de isolamento social rígido e as demais medidas de saúde para o enfrentamento do novo coronavírus (Covid-19) adotadas no âmbito do Estado do Rio Grande

do Norte.

Fica prorrogada também, para o dia 1º de julho, a implantação do cronograma de reabertura gradual do comércio e de outras atividades econômicas, desde que registrado o cumprimento das condições previstas no art. 12, § 1º, do Decreto Estadual nº 29.742, de 4 de junho de 2020.

- Os Atestados de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) que vencerem no período de 24 de março a 23 de junho de 2020 ficam prorrogados automaticamente até o dia 3 de julho de 2020, como medida de diminuição do fluxo de atendimento do órgão, bem como da necessidade de vistorias externas, devendo ser mantidas todas as condições de funcionamento já exigidas.' (NR)

- As licenças e autorizações expedidas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) que vencerem no período de 24 de março a 23 de junho de 2020 ficam prorrogadas até 31 de julho de 2020.

Nº 29.757, DE 15 DE JUNHO

Ficam prorrogadas até 23 de junho de 2020 a política de isolamento social rígido e as demais medidas de saúde para o enfrentamento do novo coronavírus (Covid-19) adotadas no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte.

- O cronograma para retomada gradual responsável das atividades econômicas no Rio Grande do Norte será executado a partir de 24 de junho de 2020, desde que registrado o cumprimento das condições previstas no art. 12, § 1º, do Decreto Estadual nº 29.742, de 4 de junho de 2020;

- Os Atestados de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) que vencerem no período de 24 de março a 23 de junho de 2020 ficam prorrogados automaticamente até 1º de julho de 2020, como medida de diminuição do fluxo de atendimento do órgão, bem como da necessidade de vistorias externas, devendo ser mantidas todas as condições de funcionamento já exigidas.' (NR)

- As licenças e autorizações expedidas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) que vencerem no período de 24 de março a 23 de junho de 2020 ficam prorrogadas até 1º de julho de 2020.

Nº 29.742, DE 04 DE JUNHO

Art. 2º Ficam prorrogadas até 16 de junho as medidas de saúde para o enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19) adotadas no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, ressalvado o prazo de suspensão das atividades escolares presenciais, que permanece até 6 de julho.

- Entre as novas medidas estão: fechamento de orlas; notificação compulsória de testes e diagnósticos sobre COVID-19; medidas especiais para circulação de idosos e pessoas do grupo de risco, a proibição de festejos juninos, apoio das forças de segurança pública no cumprimento das medidas e o estabelecimento de uma data para retomada gradual das atividades econômicas;

- Outro ponto importante estabelecido pelo decreto é a intensificação do isolamento social para as pessoas idosas e do grupo de risco, que só devem sair de casa para realizar

alguma atividade considerada essencial como para atendimento de saúde, ir ao banco, farmácia ou supermercado, utilizando obrigatoriamente a máscara de proteção;

APOIO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Decreto também determina que o Governo do RN disponibilize aos municípios as forças de segurança para dar o apoio complementar necessário à implementação das medidas de isolamento social mais restritivas: vedação de circulação de pessoas em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, ressalvados os casos de extrema necessidade; abordagem e controle de circulação de veículos particulares; controle da entrada e saída de pessoas e veículos no município e fechamento das orlas urbanas.

SUSPENSÃO DOS FESTEJOS JUNINOS

Está proibida a realização de quaisquer atos que configurem festejos juninos no Estado do Rio Grande do Norte, incluindo o acendimento de fogueiras e fogos de artifício, de modo a diminuir as ocorrências de queimaduras e de síndromes respiratórias nos serviços de saúde públicos e privados.

RETOMADA GRADUAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Com base no Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica no Estado do Rio Grande do Norte, apresentado ao Governo do Estado pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio

Grande do Norte (FECOMERCIO), Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte (FAERN) e pela Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Nordeste (FETRONOR), o novo decreto prevê a retomada gradual responsável das atividades econômicas no Rio Grande do Norte a partir do dia 17 de junho de 2020.

O decreto determina que só será possível a implementação inicial do plano de retomada gradual responsável das atividades econômicas no Rio Grande do Norte, se houver desaceleração da taxa de transmissibilidade da COVID-19 de maneira sustentada e a ocupação dos leitos públicos de UTI seja inferior a 70%.

A retomada das atividades econômicas será feita seguindo os protocolos sanitários de saúde e será dividida em quatro fases subsequentes de 14 dias cada uma delas. Para cada fase de abertura está previsto um bloco de atividades a ser progressivamente liberado em frações de tempo distintos.

MULTA POR DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS

A pessoa física ou jurídica que descumprir as medidas de enfrentamento à pandemia provocada pela COVID-19, salvo os casos considerados essenciais, estará sujeita a multas que são classificadas em leves, moderadas, graves e gravíssimas. Os valores das multas variam entre R\$ 50,00 e R\$ 4.999,99 para pessoa física, e entre R\$ 1.000,00 a 24.999,99 para pessoa jurídica.

A publicação de uma Portaria conjunta da Secretaria de Estado da Saúde Pública

(SESAP) e da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED) discriminará o rol de infrações consideradas leves e moderadas.

ATESTADOS DE VISTORIA E LICENÇAS PRORROGADAS ATÉ 24 DE JUNHO

O novo ato governamental determina que os Atestados de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) que vencerem no período de 24 de março a 16 de junho de 2020 ficam prorrogados automaticamente até 24 de junho de 2020, como medida de diminuição do fluxo de atendimento do órgão. Também prorroga as licenças e autorizações expedidas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) até 24 de junho de 2020.

Nº 29.705, DE 19 DE MAIO

Ficam prorrogadas até 04 de junho de 2020 as medidas de saúde para o enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19) adotadas no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte.

- O novo decreto autoriza o funcionamento excepcional nas Centrais do Cidadão para atividades do Sistema Nacional de Empregos (SINE-RN) e do Instituto Técnico-Científico de Perícia (ITEP-RN). Os dois órgãos são essenciais à população que necessita dar entrada no benefício do seguro-desemprego e documentação para garantir o acesso ao Auxílio Emergencial do Governo Federal autorizado pelo Congresso Nacional;

- O novo Decreto, que entra em vigor no dia 24 de maio de 2020, renova as medidas do Decreto Estadual nº 29.583, de 1º de abril de 2020, traz outra alteração importante que é a

recomendação aos municípios litorâneos para que determinem o fechamento das orlas urbanas nos finais de semana e prorrogação dos Atestados de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) que vencerem no período de 24 de março a 4 de junho de 2020 até 24 de junho de 2020;

- Além dos AVCB, as licenças e autorizações expedidas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) que vencerem no período de 24 de março a 4 de junho de 2020, também ficam prorrogadas até 24 de junho de 2020;

- Outra recomendação prevista é que os estabelecimentos autorizados a funcionar podem destinar espaço em suas campanhas publicitárias para orientar a população acerca das medidas de proteção à saúde dos seus clientes e consumidores, especialmente sobre a utilização de máscara de proteção e o distanciamento social. E apresenta penalidades para divulgação de campanha publicitária, que estimule a aglomeração de pessoas, como promoções de produtos, a iniciativa será considerada descumprimento de medidas de saúde para os fins de aplicação de multa, responsabilização penal e civil.

Nº 29.668, DE 04 DE MAIO

Ficam prorrogadas até 20 de maio de 2020 as medidas de saúde para o enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19) adotadas no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, ressalvado o prazo de suspensão das atividades escolares presenciais, que permanece até 31 de maio de 2020.

- Uso de máscara é obrigatório a partir do dia

07 de maio e as empresas devem exigir o uso por clientes, funcionários e colaboradores;

- O novo decreto também dispõe sobre a aplicação de multa para o descumprimento das normas e também para quem divulgar notícias falsas (fake news);

-A lista de atividades e serviços essenciais continua inalterada, e o novo documento determina que os estabelecimentos disponibilizem máscaras de proteção aos funcionários, sendo obrigatória sua utilização durante o serviço, incluindo as atividades de entrega em domicílio (delivery);

- O novo ato governamental altera o Decreto Estadual nº 29.556, de 24 de março de 2020, determinando que os Atestados de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) que vencerem no período de 24 de março a 20 de maio de 2020 sejam prorrogados automaticamente até 24 de maio de 2020, como medida de diminuição do fluxo de atendimento do órgão. Também prorroga as licenças e autorizações expedidas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) até 24 de maio de 2020.

Nº 29.634, DE 22 DE ABRIL

Ficam prorrogadas até 5 de maio de 2020 as medidas de saúde para o enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19) adotadas no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte.

- Recomendada a utilização de máscara de proteção, industrial ou caseira, ao entrar em estabelecimentos cujo o funcionamento não esteja suspenso.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - FECOMÉRCIO RN**

Plano de retomada do turismo leva RN a receber Selo Internacional de Destino Turístico Seguro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Rio Grande do Norte é o primeiro estado brasileiro a receber o selo de 'viagem segura' (Travel Safety Stamp), criado pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo, e que tem o respaldo da Organização Mundial do Turismo e de mais de 200 CEOs das principais empresas de turismo do mundo, tais como: Hilton, Radisson Hospitality, Marriott International, Expedia, InterContinental Hotels Group, Grupo Accor, Grupo Trip.com, Hyatt, Booking.com, entre outros.

A obtenção do selo foi possível graças a uma iniciativa da Empresa Potiguar de Promoção Turística (Emprotur) e teve como base o Plano de Retomada do Turismo Potiguar,

desenvolvido com o apoio do Sistema Fecomércio, por meio do Senac, e que incluiu protocolos e a criação de cursos para capacitar empreendedores e seus colaboradores a implantá-los.

'Não dá para retomar as atividades sem adotar regras e procedimentos nesta área. E no setor de turismo isso é ainda mais premente. Por um motivo simples: o turista transfere sua casa, sua residência, para o seu destino turístico. Hotéis, pousadas e similares viram o lar do turista durante sua viagem. Então este segmento precisa, de fato, de um cuidado ainda mais apurado nesta questão. As capacitações irão habilitar os envolvidos na cadeia produtiva do turismo para implementação das normas de biossegurança exigidas no documento, para o pleno funcionamento das atividades no contexto pós-covid 19. Importante, ainda, destacar que os cursos estão sendo ofertados, em sua maioria, de maneira gratuita, e todos em EAD', afirma o presidente do Sistema Fecomércio, **Marcelo Queiroz**.

A secretária de turismo do RN, Aninha Costa, destaca a importância do selo internacional e diz que ele traduz o trabalho que vem sendo realizado de forma profissional e participativa. 'Para obtenção deste importante reconhecimento, contamos com a participação ativa do Sistema Fecomércio por meio do Senac, Sebrae, Secretaria Estadual de Saúde, todas as entidades do trade turístico potiguar e o conselho dos cinco polos turísticos do estado. Um trabalho realizado de forma conjunta buscando gerar os benefícios reais aos turistas e transformar o RN em um destino que planeja a

atividade com seriedade e profissionalismo para colaborar com a retomada da economia em nosso estado', diz ela.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ

Escolas do Sesc RN mantêm atendimento de psicopedagogia em meio a pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog do Seridó

As escolas do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (**Sesc RN**), entidade do Sistema Fecomércio, mantiveram o atendimento psicopedagógico às crianças com dificuldade de aprendizado e com necessidades especiais mesmo quando as aulas passaram a ocorrer a distância, devido a pandemia da Covid-19.

Ao todo, são 83 crianças da educação infantil e ensino fundamental atendidas, nas unidades Zona Norte, Potilândia, Macaíba, Mossoró e Caicó. O trabalho acontece individualmente com cada família, pois envolve os pais e os alunos com necessidades especiais ou que precisam

avanzar no processo de ensino e aprendizagem.

'Da mesma forma que demos continuidade às aulas das nossas escolas de forma on-line, não poderíamos deixar de atender aos alunos que possuem estas necessidades. Tanto eles quanto suas famílias precisam de um acompanhamento mais individualizado, para que possam evoluir de forma igual, junto com o restante dos outros alunos de sua turma', explicou o presidente do **Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz**.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Escolas do Sesc RN mantêm atendimento de psicopedagogia em meio a pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Suébster Neri

As escolas do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (**Sesc RN**), entidade do Sistema Fecomércio, mantiveram o atendimento psicopedagógico às crianças com dificuldade de aprendizado e com necessidades especiais mesmo quando as aulas passaram a ocorrer a distância, devido a pandemia da Covid-19.

Ao todo, são 83 crianças da educação infantil e ensino fundamental atendidas, nas unidades Zona Norte, Potilândia, Macaíba, Mossoró e Caicó. O trabalho acontece individualmente com cada família, pois envolve os pais e os alunos com necessidades especiais ou que precisam

avancar no processo de ensino e aprendizagem.

'Da mesma forma que demos continuidade às aulas das nossas escolas de forma on-line, não poderíamos deixar de atender aos alunos que possuem estas necessidades. Tanto eles quanto suas famílias precisam de um acompanhamento mais individualizado, para que possam evoluir de forma igual, junto com o restante dos outros alunos de sua turma', explicou o presidente do **Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz**.

Powered by WPematico

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Plano de Retomada que teve suporte do Sistema Fecomércio, por meio do Senac, leva RN a receber Selo Internacional de Destino Turístico Seguro

O Rio Grande do Norte é o primeiro estado brasileiro a receber o selo de 'viagem segura' (Travel Safety Stamp), criado pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo, e que tem o respaldo da Organização Mundial do Turismo e de mais de 200 CEOs das principais empresas de turismo do mundo, tais como: Hilton, Radisson Hospitality, Marriott International, Expedia, InterContinental Hotels Group, Grupo Accor, Grupo Trip.com, Hyatt, Booking.com, entre outros.

A obtenção do selo foi possível graças a uma iniciativa da Empresa Potiguar de Promoção Turística (Emprotur) e teve como base o Plano de Retomada do Turismo Potiguar, desenvolvido com o apoio do **Sistema Fecomércio RN**, por meio do **Senac**, e que incluiu Protocolos e a criação de cursos para capacitar empreendedores e seus colaboradores a implantá-los.

'Não dá para retomar as atividades sem adotar regras e procedimentos nesta área. E no setor de turismo isso é ainda mais premente. Por um motivo simples: o turista transfere sua casa, sua residência, para o seu destino turístico. Hotéis, pousadas e similares viram o lar do turista durante sua viagem. Então este segmento precisa, de fato, de um cuidado ainda mais apurado nesta questão. As capacitações irão habilitar os envolvidos na cadeia produtiva do turismo para implementação das normas de biossegurança exigidas no documento, para o pleno funcionamento das atividades no contexto pós-Covid 19. Importante, ainda, destacar que os cursos estão sendo ofertados, em sua



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Imagem: Divulgação

maioria, de maneira gratuita, e todos em EAD', afirma o presidente do **Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz**.

A secretária de turismo do RN, Aninha Costa, destaca a importância do selo internacional e diz que ele traduz o trabalho que vem sendo realizado de forma profissional e participativa. 'Para obtenção deste importante reconhecimento, contamos com a participação ativa do Sistema Fecomércio por meio do **Senac**, Sebrae, Secretaria Estadual de Saúde, todas as entidades do trade turístico potiguar e o conselho dos cinco polos turísticos do estado. Um trabalho realizado de forma conjunta buscando gerar os benefícios reais aos turistas e transformar o RN em um destino que planeja a atividade com seriedade e profissionalismo para colaborar com a retomada da economia em nosso estado', diz ela.

Importante destacar que para o selo ser validado, os protocolos adotados no destino precisam atender a requisitos que equilibrem biossegurança e viabilidade. Por isso são aceitos somente aqueles que propõem regras sanitárias, de saúde, desinfecção, distanciamento e segurança em equilíbrio com a viabilidade econômica de sua aplicabilidade nos negócios de todos os portes, tornando-os efetivamente exequíveis.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN